

# Superior Tribunal de Justiça

## EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 44.396 - AP (2011/0118818-0)

**RELATOR** : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
**EMBARGANTE** : FRANCISCO NILTON BEZERRA FARIAS JUNIOR  
**ADVOGADOS** : FERDINANDO PARAGUAY RIBEIRO COUTINHO - DF049248  
TAIGUARA FERNANDES DE SOUSA - DF047823  
JOSÉ WALDOMIRO RIBEIRO COUTINHO NETO - PB021505  
**EMBARGADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

### DESPACHO

Na petição n. 252200/2017 (fls. 1.221/1.125), a parte ora embargante suscitou a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva, o que seria prejudicial as demais questões discutidas no presente processo.

Alega, em síntese, que "*decorreram mais de 08 (oito) anos desde a ciência pelo Parquet da sentença condenatória (18/05/2009), último marco interruptivo da prescrição, uma vez que a mera confirmação da sentença pelo Tribunal não é marco interruptivo, constata-se a ocorrência da extinção da punibilidade estatal pela prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 107, IV, do CPP*" (e-STJ fl. 1125).

No entanto, não houve manifestação do Ministério Público do Amapá, ora embargado, nem do Ministério Público Federal a esse respeito, o que, salvo melhor juízo, deve ser observado para evitar eventual alegação de nulidade.

Assim, RESTITUO os autos ao Exmo. Ministro Relator Napoleão Nunes Maia Filho, a fim de que proceda da forma como melhor convier.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator